

# **As potencialidades e desafios do uso da História Local junto ao Ensino de História na Educação Básica (1996-2012)**

Flávio Augusto Galvão de Medeiros<sup>1</sup>

Resumo:

Este artigo objetiva analisar o cenário de utilização da História Local no Ensino de História, dentro da realidade da Educação Básica em seus primeiros ciclos: Ensino Fundamental I e II, à luz de que foi dotada do caráter de que foi dotada a disciplina, no contexto pós-Ditadura Civil-Militar (1964-1985), com a proclamação da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, em 1996, refletindo de forma concomitante acerca do nível de interesse acadêmico pela temática na UFRN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e das possibilidades de aplicação e usos da História Local no cotidiano do ambiente escolar. A metodologia empregada relaciona-se com a atividade de busca por trabalhos que tematizassem o Ensino de História nos bancos de teses e dissertações de três programas de Pós-Graduação da referida Universidade, História, Educação e Ciências Sociais e recorrência a bibliografia voltada à História Local no Ensino de História. Concluímos a afirmação do incentivo ao aproveitamento da História Local no processo de ensino-aprendizagem em História, contudo verificamos uma produção acadêmica proporcionalmente pequena sobre o tema, na principal Universidade do Rio Grande do Norte, que espelha a realidade nacional, formação ainda tímida de campos de pesquisa, contrastando-se com o crescente interesse e possibilidades de uso da História Local junto ao Ensino de História na Educação Básica.

---

<sup>1</sup> É licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015). E-mail: fm954363@gmail.com.

**Palavras-chave:** Ensino de História. História Local. Educação Básica.

Abstract:

This article aims to analyze the use scenario of Local History in teaching History, within Basic Education in its first cycles: Elementary School I and II, in light of the character what was invested in the post-Authoritarian Regime (1964-1985), with the proclamation the LDB, Lei de Diretrizes e Bases of Brazilian Education in 1996. Concomitantly the levels of academic interest, in the specific case of Federal University of Rio Grande do Norte and the possibilities of application and uses in the school environment. The methodology used intertwines with the search activity of searching for works that focus on teaching History in the thesis and dissertation banks of three Post graduate programs of the said University and the recurrence to the bibliography of the theme. We conclude the statement the incentive regiment to the use of Local History in the teaching process in History, however verified the academic production still proportionately small academic output on the subject in the largest university of Rio Grande do Norte, which mirrors national reality, contrasting with the growing search and possibilities of didactic use of Local History in the reality of History teaching.

**Keywords:** History Teaching. Local History. Basic Education.

### **A História Local e a Fisionomia do Ensino de História no Brasil Pós-Ditadura Civil-Militar**

As ações do regime de exceção que chegou ao poder em 1964, no tocante a cena educacional brasileira, tiveram como traços principais a supressão de liberdades e a instrumentalização do aparelho escolar e universitário segundo as diretivas do regime, havendo clara instituição de normativa do comportamento estudantil e docente não apenas mas sobretudo no ambiente de atuação de ambos, a escola. Igualmente definiu-se de forma inequívoca o perfil de cidadão que

interessava as forças ditas revolucionárias que se arraigavam no poder, este pode ser caracterizado como o cidadão obediente, laborioso, sóbrio, não questionador e patriota. O período considerado de recrudescimento da ditadura brasileira, tendo como marco inicial a promulgação do Ato Institucional de número 05<sup>2</sup>, em 13 de Dezembro de 1968, para Paulo Chiraldelli Júnior, [...] “*A peça mais autoritária da História da Justiça Brasileira*” (Chiraldelli 2006)<sup>3</sup>, durante o governo do General Arthur da Costa e Silva e encontrando curso na década de 1970, quando do combate às iniciativas de desestabilização da estrutura governamental, como a luta armada que infiltrava-se no Brasil urbano, mas sobretudo no ambiente rural. Neste panorama ganharam corpo as mais marcantes iniciativas do regime autoritário no concernente a Educação, no bojo das Reformas Universitária de 1968 e do Ensino Básico de 1971.

Trazendo a discussão para o âmbito do Ensino de História, nossa temática neste artigo, faz-se importante analisar, ainda que brevemente, algumas das medidas aplicadas à História enquanto disciplina nesse período. Para Circe Bittencourt, “Uma disciplina permanece no currículo se estiver articulada com os grandes objetivos da sociedade,” (Bittencourt, 2001). O Estado de exceção que se alojara no poder prescindia de qualquer ação pedagógica que objetivasse a reflexão crítica e uma leitura questionadora da sociedade por mais limitada ou rasa que fosse, pois almejava uma sociedade dita harmoniosa, aplainada e alheia a lutas e questionamentos sociais, esta apregoada até mesmo pela retórica propagandística governamental. A disciplina História, estava indubitavelmente inserida no quadro de componentes curriculares que deveriam ser revisados ou mesmo expelidos do currículo quando oportuno e/ou possível, já despontando como de viés crítico desde décadas anteriores. Ainda no bojo das

---

<sup>2</sup> Medida Jurídica, lançada no arcabouço do endurecimento da Ditadura Civil-Militar. Previa a concessão de poderes quase ilimitados ao Presidente da República, tais como: A determinação de recesso das Casas Legislativas Federais, Estaduais e Municipais quando julgasse oportuno; a suspensão do direito de Habeas Corpus em caso de crimes políticos, voltados à Ordem Econômica ou à Segurança Nacional, dentre outras prerrogativas.

<sup>3</sup> Verificar *História da Educação Brasileira* (2006).

inovações reformistas, foi definido como Ensino de 1º grau, resultado da união dos dois ciclos anteriores: Primário e Ginásio, instituiu-se a disciplina de *Estudos Sociais*, resultado da junção de temáticas históricas geográficas. Na visão de Selva Guimarães, o novo componente Estudos Sociais oferecia ao alunado uma visão panorâmica do meio que lhe era pertinente, acabando por relegar a quase omissão a realidade mais contundente para o estudante, a realidade muitas vezes de seu convívio. A disciplina possuía inspiração no modelo de ensino mais difundido nos Estados Unidos da América, um país com inumeráveis e não seria exagerar, gigantescas diferenças sociais, econômicas e de formação histórica em relação ao Brasil. A Ditadura também instituiu disciplinas nos diversos níveis de ensino, dentre as quais, *Educação Moral e Cívica*, no chamado 1º grau, disciplina que objetivava a formação cívica do alunado, inculcando-lhe preceitos como obediência ao Estado, conduta “ordeira” ante os acontecimentos públicos e governamentais, e sentimento cívico e patriota.

Diante do exposto até o momento, já se tem visão geral das feições que foram imputadas ao Ensino de História nos níveis mais básicos, durante o período do regime de exceção, marcadas pelo empobrecimento conteudista, generalização e até mesmo substituição da disciplina pelo programa dos Estudos Sociais, alicerçado na abordagem superficial de conteúdos históricos e geográficos.

Com o enfraquecimento do regime ditatorial e a gradual, porém progressivas aberturas políticas, a partir da segunda metade dos anos 1970, novos horizontes se descortinaram também para os profissionais da Educação, que aos poucos retornaram as atividades de mobilização classista, dentre essas atividades, destaca-se a ANPUH<sup>4</sup>, Associação

---

<sup>4</sup> ANPUH, Associação Nacional de História. Entidade fundada em 1961, que visava congrega os professores Universitários da referida área. À época chamava-se Associação Nacional dos Professores Universitários de História. Em 1993, a entidade passou a abarcar todos os profissionais do Ensino na área de História e

Nacional de História, com relevantes serviços prestados aos profissionais da referida área e até afins.

A Redemocratização do país, ocorrida em 1985, proporcionou a aglutinação de forças em torno da Constituinte, que resultou na promulgação da Carta Magna de 1988, a conhecida “Constituição Cidadã”, proclamando Educação como um dos direitos básicos do cidadão. Elemento que proporcionou várias inovações no campo do Ensino inclusive, sendo a LDB de 1996, a mais impactante destas.

A nova LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, acabou por imbuir-se da obrigação de remover da vida nacional, as estruturas educacionais pensadas pela Ditadura, muitas delas ainda persistentes. O cidadão modelar desta nova base legal fazia-se muito diferente, senão oposto ao espectro ditatorial, cujos traços mais definidores descrevemos anteriormente. Visualizava-se um cidadão crítico, ativo, consciente de seus deveres e direitos, enfim dotado de protagonismo na condução de seus próprios destinos e contribuinte para o desenvolvimento social, político e econômico do país. Vemos então que se buscava a engrenagem de uma Educação de cunho emancipatório, e como veremos a seguir, a disciplina História terá fundamental importância nesse projeto educacional.

Do ponto de vista da macroestrutura Educacional, o antigo 2º Grau, a partir de 1996, transformado em Ensino Médio passa a fazer parte da Educação Básica, que passa a ter onze anos de duração, sendo o até então 1º grau convertido em Ensino Fundamental I e II, com duração de quatro anos cada e o Ensino Médio, com cerca de três anos de duração. Neste contexto, o Ensino de História retorna à Educação Básica, com atribuições fundamentais para a formação do novo cidadão dotado de consciência histórica e social.

---

posteriormente profissionais de Arquivologia e Pesquisa em geral, passando a se chamar Associação Nacional de História, denominação que mantém até hoje.

Atribuindo ao Ensino-aprendizagem em História competências como a formação crítica do cidadão, a formação da consciência histórica e a incursão dos valores de tolerância solidariedade dentre outros, que devem permear o convívio social, além das competências específicas do campo tais como o auto reconhecimento do indivíduo como sujeito histórico e a interação com os conceitos de tempo e espaço já nos primeiros dois ciclos da Educação Básica, o Ensino Fundamental I e II, a História cresceu em importância e significado no contexto educacional brasileiro, porém assumiu grande ônus e responsabilidade, transitando entre a submissão ao autoritarismo político de outros tempos, com incumbências de adestramento político a um dos alicerces da cultura democrática que se pretendia construir.

Dado o novo caráter da disciplina e o novo panorama da Educação, faz-se necessário aproximar o conhecimento histórico do estudante, que em regra encontra-se no início ou limiar da adolescência, tornar o conteúdo atrativo, e demonstrar ao educando a historicidade presente em sua própria trajetória de vida, de sua família e da comunidade escolar por exemplo.

Vemos na História muitos elementos que potencialmente a distanciam do aluno, dentre eles o dito “excesso” de abstração, ausência de vínculos identitários com os conteúdos, ideia de distanciamento da realidade entre outros. Em nossa breve experiência como professor estagiário, a indagação “Para que estudar isso” por parte do alunado acabou por constituir parte dos nossos objetos de reflexão docente, também de nossas inquietações. Na tentativa de responder a essas muitas dificuldades, professores de História de todos os níveis investem tempo e dedicação no uso de novas linguagens em sala de aula, tais como música, teatro, cinema, literatura, dentre outros vemos também o uso da História Local dentre esses recursos. Os cursos de Licenciatura também se mostram atentos às referidas demandas, buscando formar o futuro docente em História na perspectiva da aproximação com o aluno e seu cotidiano.

O trabalho das professoras Crislane Barbosa de Azevedo e Maria Inês Sucupira Stamatto, ligadas ao Centro de Educação da UFRN evidencia o engajamento dos cursos de formação profissional na perspectiva do professor pesquisador de História. O trabalho relata a experiência dos Estágios Supervisionados de formação docente na mesma instituição, tendo como foco a elaboração de um projeto de pesquisa com base na realidade da escola-campo de atividades, havendo posterior implementação, comportando-se essas ações em quatro semestres letivos de formação, quatro Estágios Supervisionados.<sup>5</sup>

A História Local apresenta-se como detentora de grandes potencialidades nesse quesito, além de enriquecer a experiência do ensino-aprendizagem de modo significativo, pois traz à cena, a participação territorial do ambiente escolar imbrincada nos desdobramentos históricos nacionais ou globais, pois as realidades históricas se entrecruzam, na esfera local, nacional e até global.

A LDB de 1996, aponta para a necessidade de se assegurar ao educando de todo o país, a formação comum e fundamental ao exercício da cidadania, contudo enfatiza em seu artigo de número 26, na parte diversificada, que os estabelecimentos escolares devem considerar as distinções e particularidades culturais, sociais e econômicas de cunho regional e local da chamada clientela, estando a cargo de cada estabelecimento escolar.

Como vemos a recorrência à História Local na realidade escolar junto ao Ensino de História, não somente está consonante como recebe o incentivo do entendimento jurídico em vigor.

No concernente ainda as vantagens do uso da História Local, concordamos com José Evangelista Fagundes (2006), quando afirma:

---

<sup>5</sup> Verificar a *Formação do Professor Pesquisador de História (2012)*. Crislane Barbosa de Azevedo; Maria Inês Sucupira Stamatto.

A aproximação afetiva e física com o objeto pode vir a ser utilizada didaticamente como fator motivador.

Assim, podemos considerar os esforços em torno do uso da História Local no Ensino de História elo entre as temáticas e os alunos, cuja recorrência equilibrada concorre para um melhor e mais profundo aproveitamento disciplinar.

#### **- A História Local em sala de aula**

A partir de uma busca sistemática que fizemos junto aos bancos dos Programas de Pós-Graduação de três áreas, todas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Estes, o Programa de Pós-Graduação em Educação; Programa de Pós-Graduação em História e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Como critério de busca tivemos o mapeamento dos trabalhos acerca do Ensino de História. Dentre o universo pesquisado encontramos somente dez trabalhos, sendo sete deles constantes nos arquivos do Programa de Pós-Graduação em Educação e para o nosso ainda maior estranhamento, somente um trabalho acerca de História Local e seus usos em sala de aula, a tese de Doutorado em Educação de José Evangelista Fagundes, tratante da experiência de utilização didática da História Local no município de Ceará-Mirim, cidade da Região Metropolitana de Natal-RN. O trabalho contou com a colaboração de escolas da região e sobretudo de três professores de História atuantes na cidade, estes declaram usar a História Local como ferramenta de auxílio em sala de aula. Vê-se por esses dados que o tema História



Local ainda desperta pouco interesse por parte do público acadêmico, dos produtores de conhecimento, falando de forma mais direta e até justa. Mas o que podemos entender por História Local? Neste particular, concordamos com o professor Hélder Alexandre Medeiros de Macedo (2017), que enxerga no uso da História Local um instrumento de combate ao modelo de História eurocêntrico, centrado no continente europeu, que termina por considera-lo o centro de irradiação de valores civilizacionais do Ocidente, sendo a História Local a história centrada no contexto dos falantes, uma história centrada no local ou no espaço.

No relato do professor José Evangelista, os professores colaboradores da cidade de Ceará-Mirim, ressaltaram a importância da História Local, sobretudo enquanto elo de identificação com a disciplina, porém declararam utilizá-la somente em situações eventuais, como na semana de aniversário do município, quando toda a cidade volta-se a essa data. Se sabemos dos benefícios da História Local no trabalho didático, por que há tamanha relutância em utilizá-la de modo sistemático?

Devemos reconhecer que são muitas as dificuldades quanto a adoção da História Local, de modo como já dissemos sistemático. Não indica-se que em toda temática haja impreterivelmente seu uso, mas usá-la de maneira ordenada e não somente eventual. O primeiro, dos muitos percalços ao estabelecimento dessa sistemática é provavelmente a ausência ou pequenez do interesse de pesquisa em relação ao tema, como demonstramos brevemente em nosso pequeno levantamento. A escassez de produções implica em pequeno referencial teórico e menor alcance da prática. Parafraseando Hélder Macedo, muitas senão a maior parte das produções da História Local derivam dos memorialistas, cuja contribuição é importante, mas não profissional, eivada de certos “vícios” muito perigosos ao historiador. Outra grande dificuldade na

visão de Macedo, é a situação dos livros didáticos, ainda em regra reprodutores da concepção eurocêntrica da História. (Macedo, 2017). Além de todos os obstáculos já descritos, não podemos relegar ao esquecimento, outras tantas de cunho “extra-classe” assim digamos. A escassez de tempo para planejamento, multiplicidade de empregos, infraestrutura escolar deficiente, questão salarial muitas vezes desfavorável. Dentre outras. Contudo não faltam possibilidades de recorrência.

Além de nossa própria experiência temos visto diversas formas de utilização da História Local em sala de aula, através de iniciativas simples, mas de grande potencial, como a organização de aulas de campo por pontos de importância histórica como praças, centros culturais, igrejas, locais que expressem a identidade local em questão. Organização de atividades em torno de temas locais, busca pelo significados da toponímia local ( personagens histórias que nomeiam ruas, praças, travessas), incentivo a feitura de entrevistas com pessoas de maior experiência, entrevistas essas voltadas a identificação de diferenças entre a sociedade vivida na infância ou juventude do entrevistado e a atual, atividade que ajuda na formação da chamada consciência em torno da temporalidade e espaços. Assim deve-se valorizar o protagonismo do alunado em torno das questões da História Local, colocando-se a frente à supervisão do professor. Talvez com iniciativas dessa linhagem, a pergunta tão recorrente descrita neste trabalho “Por que tenho que estudar História” tenha menor incidência.

#### **- Considerações Finais:**

Ao analisarmos a realidade de utilização da História Local no Ensino de História no contexto da Educação Básica, visualizamos o grande potencial que possui essa metodologia, vindo a cooperar com o enfrentamento de uma das maiores dificuldades do professor na

atualidade: a criação de vínculos mais expressivos e visíveis entre o conhecimento histórico e o alunado. Vê-se relativa e proporcional escassez de trabalhos acadêmicos sobre essa temática, acreditamos que em um contexto geral, o que lhe confere uma podemos dizer pequena expressividade. Verifica-se várias dificuldades na aplicação da referida metodologia, como outras de cunho inovador, contudo, verificamos um investimento crescente em termos de recorrência em sala de aula.

A História Local, apresenta-se como instrumento didático de grandes potencialidades e contribui para a consciência de pertença local e até em esferas globais, haja vista o conhecimento histórico entrecruzar-se e interagir nas diversas espacialidades, sendo portanto de proveito inquestionável.